



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

1 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 2 12 DE MARÇO DE 2020.

3 Ao décimo segundo (12) dia do mês de março de dois mil e vinte (2020), às sete horas e quarenta e cinco minutos
4 (7h45), na sede da Secretaria de Ação Social, sito à Avenida Champagnat, 1750, Centro, iniciou-se a quarta (4ª)
5 reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, sob a presidência da presidente e representante
6 titular do poder público, representando a Unidade Municipal de Assistência Social, Senhora Lucinéia Silva
7 Sartori Coelho. Estiveram presentes na reunião quinze (15) conselheiros, sendo cinco (05) representando o poder
8 público e dez (10) representando a sociedade civil, com os seguintes **Conselheiros Titulares Presentes:** Valdety
9 Souza Vilar Gilberto, Clóves Plácido Barbosa, Ernestina Maria de Assunção Cintra (Tina), Yheda Maria Lanes
10 Gaioli, Jane Izabel Miranda Biagiotti Lelis, Jean Eurípedes da Silva Ferreira, Lucineia Silva Sartóri Coelho,
11 Adriana da Silva Bazon e Geisla Fábria Pinto. **Conselheiros em Exercício de Titularidade:** Roberta Pucci de
12 Melo. **Conselheiros Suplentes Presentes:** Alessandra Aparecida da Silva, Josiane Aparecida Antunes Campos,
13 Kelly Regina da Silva, Luzia Regina Alves e Irene da Conceição Silva. Participaram da reunião treze (13)
14 convidados, conforme assinaturas na lista de presença. Com a seguinte pauta: 1 - Ordem do dia: Chamada e
15 Verificação de quorum; Apresentação das justificativas dos conselheiros ausentes; 2 – Deliberação sobre a ata
16 da 3ª Reunião Ordinária do CMAS.; 3 – Aprovação da pauta; 4. Assuntos – 4.1 – Devolutiva de Trabalhos da
17 Comissão de Orçamento e Articulação Política (assunto reconduzido); 4.2 – Devolutiva sobre Participação de
18 conselheiras: Capacitação da EDESP - “DIÁLOGOS EDESP: O PAPEL DOS CONSELHEIROS NO
19 SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) E A INTERFACE COM A EDUCAÇÃO
20 PERMANENTE”.- dia 19.02 – das 8h30 às 12h30 – São Paulo (assunto reconduzido); 4.3 – Devolutiva sobre
21 participação de conselheiras “1º Encontro do FRSSAN – Fórum Regional de Soberania e Segurança
22 Alimentar e Nutricional – dia 20.02 – 15h – CRAS Leste” (assunto reconduzido); 4.4 – Devolutiva da
23 conselheira Yheda sobre participação no GT de Acolhimento e solicitação de apoio para implementação de
24 ações do Conselho Municipal de Habitação; 4.5 – Envio de solicitação de Documentação de Manutenção de
25 Inscrição no Conselho para a rede socioassistencial e definição sobre o instrumental a ser utilizado; 4.6 –
26 Discussão relativa a publicação da Portaria do Ministério da Cidadania – nº 2362/2019 e suas implicações e
27 desdobramentos; 5. Informes - 5.1 – Calendário eleitoral – Pleito Eleitoral – Representantes de Usuários; 5.2
28 – Portaria SEDAS nº 004/2020 – 18/02/2020 – Dispõe sobre organização e elaboração do calendário de
29 atividades dos Serviços Socioassistenciais da Rede Indireta e Privada realizado em parceria com a Secretaria
30 de Ação Social e dá outras providências; 5.3 – Ofício nº037/2020 – GABS/SME – Sec. de Educação –
31 substituição de conselheiro suplente. A Presidente do CMAS, Lucineia, abriu a ordem do dia, solicitando a
32 apresentação dos presentes que estivessem na reunião do CMAS pela primeira vez. Na sequência, devido a falta
33 da Secretária Executiva, a Presidente Lucinéia, fez a chamada das(os) conselheiras(os) e foram apresentadas as
34 justificativas de ausência das seguintes conselheiras: Geraldine Garcia Fuga Menezes, Claudia Maria Frago
35 Cerqueira, Rosicler Lemos da Silva, Maria Aparecida Morais Oliveira, Loren Lorrany Duarte, Iara Flávia Afonso

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

36 Guimarães, Juliana Rossato Souza Rodrigues e Eder Furtado Ribeiro. Lucinéia anunciou o alcance de quórum
37 mínimo, bem como, as(os) conselheiras(os) titulares e suplentes na titularidade, naquela reunião. Na sequência, a
38 mesma, confirmou o quórum de leitura da ata da 3ª Reunião Ordinária e da 1ª Reunião Extraordinária que foram
39 aprovadas apenas com necessidade de alterações ortográficas. A pauta foi exibida pelo conselheiro Clóves para
40 apreciação da plenária e foi aprovada. Deu-se início aos assuntos da 4ª Reunião Ordinária do CMAS: **4.1 –**
41 ***Devolutiva de Trabalhos da Comissão de Orçamento e Articulação Política (assunto reconduzido);*** O
42 conselheiro Clóves fez a devolutiva sobre a última Reunião Conjunta da Comissão de Orçamento e dentre os
43 assuntos discutidos destaca-se a necessidade de revisão no índice utilizado para a correção dos custos dos
44 serviços socioassistenciais cofinanciados pela SEDAS e executados pelas OSCs, que tem como indexador o
45 índice do IPC do mês de outubro. O mesmo explicou que a data base para o reajuste do IPC é feito neste mês de
46 outubro é baixo quando comparado a outros meses, como dezembro e janeiro. A sugestão da comissão é de que
47 meses com índices mais altos, como os meses já citados, sejam usados como data base e considerando que no
48 mês de fevereiro é a data base para o reajuste dos trabalhadores das OSCs, os salários ficam defasados pois são
49 reajustados por um índice menor. Foi marcada uma reunião da comissão com a Gestora dia 17/03 a fim de
50 debater as questões que envolvem o IPC. Após esse assunto, a Comissão de Orçamento apresentou a proposta de
51 oficiar ao Órgão Gestor solicitando discussão conjunta sobre a elaboração da peça orçamentaria para 2021 e
52 sugere ainda que essa conversa se inicie nas datas de reuniões da comissão de orçamento, marcadas para o dia
53 07/04 e 05/05. Foi repassado também, que em relação ao contato com o reitor da UNIFACEF (deliberado em
54 reunião anterior) a respeito do estabelecimento de parceria para estudo dos custos, não houve resposta, portanto
55 foi proposto pela comissão formalizar a solicitação junto aquela universidade a fim de receber uma resposta sobre
56 a parceria. Por fim o Conselheiro Clóves expôs sua indignação quanto a relação do Órgão Gestor para com as
57 entidades. Deixou claro que essa relação era para ser de parceria mas isso não acontece devido alguns
58 comportamentos, como, por exemplo, só fazer contato através de portarias e notificações sem o envolvimento de
59 ambas as partes para discussão de certos assuntos. Pontou que, desta forma, as entidades não estão conseguindo
60 manter os serviços. A Conselheira Tina reiterou dizendo que o papel do CMAS é zelar pelo serviço
61 socioassistencial e a política já está sendo sucateada pelo Governo Federal. Disse ainda que o chamamento
62 público por si só, sem qualquer outra ação do poder público para buscar parceria é pouco, e os verdadeiros
63 prejudicados com isso são os usuários. Sobre o IGD SUAS, foi pensado em realizar uma capacitação a temática
64 de participação popular em conjunto com a Comissão de Controle Social do PBF que também tem como
65 planejamento a organização de uma capacitação. Todas as propostas apresentadas pela comissão foram aprovadas
66 pelo colegiado. Em sequência passou-se para o item **4.2 – Devolutiva sobre Participação de conselheiras:**
67 ***Capacitação da EDESP - “DIÁLOGOS EDESP: O PAPEL DOS CONSELHEIROS NO SISTEMA ÚNICO***
68 ***DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) E A INTERFACE COM A EDUCAÇÃO PERMANENTE”.- dia 19.02 –***
69 ***das 8h30 às 12h30 – São Paulo (assunto reconduzido);*** A Presidente Lucineia, que esteve presente no evento,
70 fez a devolutiva ressaltando que em sua perspectiva o mais importante foi ter contato com a Vice-Presidente do

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

71 CONSEAS (Salette) e ouvir a experiência do Wagner Carneiro, que contou sobre sua atuação como Gestor da
72 Assistência Social no município de Francisco Morato. A Conselheira Irene reforçou os pontos colocados por
73 Lucinéia dizendo que o foco do evento foi o conselho de assistência social e usou como exemplo do trabalho
74 feito em Francisco Morato, o fórum de usuários. Disse que são usuários sem vínculos com as entidades,
75 ocupando seu espaço de protagonismo e o direito de fala. Quanto a isso, a conselheira deu grande importância a
76 fomentação da participação dos usuários no conselho. Com essa deixa, foi dito durante a reunião que existe a
77 necessidade de fazer uma autoanálise sobre a participação de todos nos espaços políticos, como fórum de
78 trabalhadores, por exemplo, que está esvaziado. Passou-se ao item **4.3 – Devolutiva sobre participação de**
79 **conselheiras “1º Encontro do FRSSAN – Fórum Regional de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional**
80 **– dia 20.02 – 15h – CRAS Leste” (assunto reconduzido);** A conselheira Irene apresentou a devolutiva sobre o
81 fórum explicando, primeiramente, que o Conselho Regional de Segurança Alimentar foi destituído e não foi
82 implantado novamente, devido a isso os ex-conselheiros decidiram organizar um fórum. Continuou informando
83 que a política de segurança alimentar é política pública, devendo estabelecer uma articulação com outras
84 políticas, mas não faz parte da política de assistência. Irene disse que o evento foi realizado no CRAS Leste e
85 existe a pretensão de ser feito em outras regiões, já que existe interesse e necessidade de dar continuidade no
86 assunto. No fórum foi discutido sobre o que é possível fazer no município de Franca, diante da situação atual,
87 para que seja implantada a política de segurança alimentar. Foram pensadas ações e dentre elas, uma capacitação
88 direcionada aos trabalhadores da Assistência Social, para que tenham pleno conhecimento do assunto e então
89 deem a devida importância ao mesmo, pois desde o fechamento do conselho (2018) não houve manifestação de
90 reativação por parte de nenhum órgão. Dentro da Política de Assistência Social o benefício alimentício é
91 eventual, mas na política de segurança alimentar, se dá por seguridade de fato, ou seja, é um direito à alimentação
92 garantido a todos e de forma regular e constante. Dito isso, Irene informou que a capacitação dos trabalhadores
93 sobre segurança alimentar está marcada para o dia 27 de março às 13h30, na Secretaria de Ação Social. O convite
94 será enviado aos conselheiros. Dando sequência, passou-se ao item **4.4 – Devolutiva da conselheira Yheda sobre**
95 **participação no GT de Acolhimento e solicitação de apoio para implementação de ações do Conselho**
96 **Municipal de Habitação;** A conselheira Yheda apresentou a devolutiva sobre a reunião do Grupo de
97 Acolhimento – GT, no qual ela é representante do CMAS. Iniciou dizendo que como descrito na legislação, “*A*
98 *falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder*
99 *familiar*”, recurso material não é motivo para a retirada de crianças e adolescentes, porém isso tem sido
100 recorrente a ponto de famílias cogitarem o acolhimento institucional para seus filhos a fim de receberem
101 cuidados, já que os mesmos não conseguem prover e as políticas públicas responsáveis não atendem
102 suficientemente as demandas. Como por exemplo a questão habitacional, que não tem fiscalização por parte do
103 conselho de habitação que se encontra inativo no município de Franca. Portanto, a proposta tirada no GT de
104 acolhimento é que o CMAS provoque o executivo, oficiando questões relacionadas ao funcionamento do mesmo,
105 reuniões, debates que estão em pauta, incentivando o trabalho a ser concluído, destacando a importância da

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

106 articulação com outras políticas, especialmente porque são assuntos que recaem sobre a assistência social. Tendo
107 dito isso, o conselheiro Clóves fez um adendo expondo a situação da assistência social que está sobrecarregada
108 com as incumbências da saúde, mesmo sem ter porte suficiente para tal, acarretando na defasagem do
109 atendimento à população. Os conselheiros focaram a discussão no setor da saúde e expuseram que os usuários
110 estão tendo dificuldades com acesso a medicamentos e consultas. Perante toda essa temática, foi deliberado que o
111 CMAS enviará um ofício ao chefe do executivo com o objetivo de suscitar informações sobre reuniões,
112 deliberações, etc do Conselho Municipal de Habitação e também, um ofício ao conselho de saúde propondo uma
113 articulação, bem como, questionando a dificuldade de acesso dos usuários aos serviços. Feito isso, seguiu-se para
114 o item **4.5 – Envio de solicitação de Documentação de Manutenção de Inscrição no Conselho para a rede**
115 **socioassistencial e definição sobre o instrumental a ser utilizado;** A comissão de Inscrição pontuou que o
116 instrumental foi revisado há pouco tempo, portanto este vai ser encaminhado para as instituições, porém, ainda
117 assim a comissão trabalhará na elaboração de um instrumental para as unidades estatais. O plano de ação anual e
118 roteiro de elaboração também já foram avaliados. A presidente Lucinéia e a secretária executiva Maria Amélia
119 haviam redigido o texto do ofício referente a entrega de documentos das entidades e esse foi apresentado como
120 proposta. Lucinéia justificou que a data estipulada no documento, de 30 de junho, é o prazo que a prestação de
121 contas da prefeitura tem que estar finalizada, portanto somente após essa data é permitido emitir uma declaração
122 para organizações cofinanciadas sobre a aprovação da prestação. Mas os conselheiros questionaram alegando que
123 a proposta de prestação de contas das entidades tem como prazo de envio 31 de janeiro, e a aprovação dessa se
124 refere a outro assunto. Foi deliberado então, que vão ser enviados dois ofícios, sendo um deles o que foi
125 apresentado na reunião e posteriormente será definido o prazo para o envio da declaração relativa à Prestação de
126 Contas. Seguiu-se para o próximo tópico **4.6 – Discussão relativa a publicação da Portaria do Ministério da**
127 **Cidadania – nº 2362/2019 e suas implicações e desdobramentos;** A presidente Lucineia iniciou lembrando que
128 o colegiado já havia conversado sobre o assunto e continuou explicando que essa deliberação afeta todos os
129 municípios. O IGD PBF tem uma deliberação explicitando que o recurso não poderia deixar de ser repassado,
130 porém o pagamento de janeiro e fevereiro não foram disponibilizados. Destacou que essa situação prejudica o
131 compromisso do programa, tanto por aumento de demandas, quanto para questões de infraestrutura, como
132 pagamento do aluguel, por exemplo. Foi mencionado, com muita preocupação pelos conselheiros, que devido o
133 congelamento de recurso por 20 anos, já era previsto esse tipo de acontecimento. A deliberação foi de enviar um
134 ofício manifestando o posicionamento do conselho em relação a essa situação, relatando sobre a demanda
135 crescente da população usuária ao Governo Federal, aos Conselhos Nacional e Estadual e ao MP e Governo
136 Estadual, além de articular com todos os conselhos da região, fórum dos trabalhadores e FEAPAES para unir
137 forças. As conselheiras responsáveis que se voluntariaram pela elaboração do documento foram são Jane, Tina e
138 Lucinéia. Posteriormente a sua elaboração, o ofício será socializado aos conselheiros para contribuições, caso
139 necessário. Dando seguimento a reunião, passou aos **5. Informes - 5.1 – Calendário eleitoral – Pleito Eleitoral**
140 **– Representantes de Usuários;** A proposta do calendário eleitoral foi apresentada e aprovada pelo colegiado. Em



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

141 sequência, passou-se ao item **5.2 – Portaria SEDAS nº 004/2020 – 18/02/2020 – Dispõe sobre organização e**
142 **elaboração do calendário de atividades dos Serviços Socioassistenciais da Rede Indireta e Privada realizado**
143 **em parceria com a Secretaria de Ação Social e dá outras providências;** A presidente Lucineia deu início ao
144 assunto esclarecendo que a Portaria SEDAS nº004/2020 trata sobre a regulamentação do calendário de feriados e
145 pontos facultativos dos serviços, para que não haja suspensão de atividades que se enquadram em ação
146 continuada. Alguns dos conselheiros que representam instituições se manifestaram contra a portaria alegando que
147 essa regulamentação fere a autonomia das instituições, reforçando que a Gestão não tem gerência sobre as
148 mesmas. A Gestão, como relatado anteriormente, vem se comunicando com as instituições apenas através de
149 documentos oficiais, sem qualquer discussão a respeito de deliberações que envolvem os afetados. Dito isso, foi
150 mencionado por conselheiros que esse calendário aprovado é o mesmo do setor de educação, que estabeleceu
151 conjuntamente a partir de suas necessidades, portanto é do entendimento dos representantes que a elaboração do
152 calendário que diz respeito sobre o setor da assistência, deve ser elaborado de acordo com as necessidades dos
153 mesmos. Alguns dos conselheiros presentes não concordam, ponderando que a portaria apenas regulamenta uma
154 situação já decorrente. Dito isso e tendo havido longa conversa sobre o assunto, foi deliberado que os
155 representantes das instituições se unirão a fim de discutir sobre o assunto e definirão alguma ação caso
156 necessário. Passou-se ao último item da pauta, informe **5.3 – Ofício nº 037/2020 – GABS/SME – Sec. de**
157 **Educação – substituição de conselheiro suplente**, que foi passado aos presentes e não houve mais acréscimos.
158 Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, tendo sido gravada, e o áudio ficará disponível para consulta
159 dos conselheiros. Eu, Rebeca Moreira Duncce, estagiária da secretária-executiva deste CMAS, lavrei a presente
160 ata, que uma vez lida e aprovada será anexada a lista de presença.